

Empresários de energia querem construção de termelétricas

Em audiência pública no Senado, empresários do setor de energia criticaram o governo por não prever a construção de usinas termelétricas nos próximos anos.

Segundo eles, a demanda crescente justificaria a instalação de novas unidades. Representantes do governo lembraram, no entanto, as restrições ambientais. **4**



Blairo Maggi (4º à esq.) e Delcídio do Amaral (5º) presidem audiência com representantes do governo e do setor de energia

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.532 – Brasília, quinta-feira, 29 de setembro de 2011



Senadores aprovam Programa Bolsa Verde por unanimidade

Semelhante ao Bolsa Família, iniciativa beneficiará ações de preservação com R\$ 300 por trimestre

O Plenário do Senado aprovou ontem por unanimidade a criação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde. Proveniente de medida provisória, o projeto segue agora para sanção da presidente Dilma. Ideia é beneficiar com R\$ 300 a cada trimestre famílias em extrema pobreza que realizarem ações de conservação. **3**



Medida provisória aprovada ontem pelo Plenário também inclui a criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, destinado a pequenos produtores



Holger Preuss, senador Paulo Bauer e Lamartine da Costa na Comissão de Educação

Megaeventos esportivos podem trazer grandes benefícios ao país

Especialistas apontaram em debate que sempre há uma tendên-

cia de gastos crescentes, compensados por legados importantes. **5**

Sarney prevê decisão sobre royalties em uma semana

Segundo o presidente do Senado, se houver acordo, será votado projeto que dá fim ao impasse. Caso contrário, Congresso apreciará veto à Emenda Ibsen. **7**

Ministra Iryny defende cota de mandatos federais para mulheres

Para Iryny Lopes, mulheres devem ter número mínimo de cadeiras

no Congresso, além das já existentes cotas nas chapas partidárias. **8**



Ângela Portela, entre Iryny Lopes e a socióloga Natalia Cruz (D), coordena debate

Senadores debatem projeto que define atribuição exclusiva de médicos **6**

Poder do Conselho Nacional de Justiça será discutido em audiência pública **8**

Oposição cobra da Câmara votação de novas regras para análise de MPs **3**

Autoridades da Argentina falam sobre direitos de homossexuais **6**

Considerada a maior manifestação católica do planeta, a celebração está em sua 218ª edição e foi declarada patrimônio cultural imaterial pelo Iphan

Senado homenageia Círio de Nossa Senhora de Nazaré

O SENADO COMEMOROU ontem a 218ª edição do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, celebração realizada anualmente em Belém. O evento é considerado a maior manifestação católica do planeta. Em 2011, os organizadores esperam cerca de 2 milhões de fiéis nas ruas. O clímax da comemoração é sempre no segundo domingo de outubro, dia 9 este ano, mas as festividades e eventos em reverência à santa se estendem de março a dezembro.

O requerimento solicitando a comemoração pelo Plenário foi da senadora Marinor Brito (PSOL-PA), que presidiu a homenagem. Ela explicou que, em 1700, um caboclo chamado Plácido José de Souza encontrou,

às margens de um igarapé, uma estatueta de Nossa Senhora de Nazaré. A partir daí teve início a devoção popular, depois tornada oficial. Procissões em homenagem à santa só foram autorizadas pelo Vaticano em 1792, e o primeiro Círio aconteceria em 8 de setembro de 1793.

Marinor afirmou que o Círio é a "principal festa católica do país" e informou que, em 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) instituiu o evento como patrimônio cultural imaterial. A manifestação é ecumênica e pluralista, unindo praticamente toda a população paraense, disse.

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), afirmou que o Círio de Nazaré "é

uma joia" da cultura brasileira e uma das maiores manifestações religiosas da cristandade.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que foi morar em Belém aos 16 anos, para estudar medicina, quando percebeu a devoção do povo e pediu à Virgem de Nazaré a graça de ser aprovado no vestibular, com a promessa de, se atendido, acompanhar o Círio com as apostilas do curso – e assim aconteceu.

Já Mário Couto (PSDB-PA) pediu que a igreja de Salinas (PA), uma vila de pescadores, seja "abençoada com a presença da imagem da virgem" pelo menos uma vez, para que "aquela gente pobre" possa reverenciar a santa.



Cesar Neves (E), Marinor Brito, Marta Suplicy, dom Alberto Taveira Corrêa e Desirée Tozi: ecumenismo e pluralismo

Índices de criminalidade caem durante festejos

Coordenador do Círio de Nazaré há três anos, o médico Cesar Neves afirmou que se trata de "uma festa inigualável". Há uma redução impressionante do índice de criminalidade no Pará durante a festa, observou.

De acordo com o senador Clésio Andrade (PR-MG), a celebração já se incorporou a todos os brasileiros.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter ficado impressionado com o Círio de Nazaré nas duas vezes em que acompanhou a procissão em Belém. Ele pediu à santa

que intercedesse pelo fim da corrupção no Brasil.

Para o arcebispo de Belém, dom Alberto Taveira, apesar de a imprensa dar destaque à enorme corda que une os fiéis durante a procissão, o maior ícone da festa é a grande participação popular em torno da imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Segundo o arcebispo, a manifestação é um grande "mutirão de evangelização" e deixa resultados permanentes.

Também participaram da co-

memoração diplomatas brasileiros e estrangeiros, representantes de entidades católicas, autoridades públicas do Pará, Rondônia e Acre, servidores e funcionários do Senado e outros convidados.

Desirée Tozi, do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, enfatizou que o Círio de Nazaré congrega valores simbólicos não só da cultura paraense, mas de todo o Brasil, por isso, a importância de o Iphan ter registrado a festa como patrimônio cultural.

Mesa do Senado examina 16 requerimentos de informação

A Mesa do Senado Federal reúne-se hoje para analisar 16 requerimentos de informação, todos com voto favorável do relator.

Entre os requerimentos de informações estão dois apresentados por Aloysio Nunes (PSDB-SP), que têm voto favorável da relatora, senadora Marta Suplicy (PT-SP).

O senador solicita informações sobre as origens e os destinos de voos do avião particular prefixo PR-AJT desde 2009, assim como nomes de passageiros e tripulantes de cada um dos voos. Os requerimentos são encaminhados aos ministérios da Defesa e da Aviação Civil e referem-se a voos realizados pelo ministro das Comunicações, Paulo

Bernardo, apontados em revista como irregulares, pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é autora de outros oito requerimentos. Se aprovados, eles deverão ser encaminhados aos ministérios da Justiça, dos Transportes, da Fazenda, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, das Comunicações, de Minas e Energia e da Saúde.

Três outros requerimentos foram apresentados por Alvaro Dias (PSDB-PR) e deverão ser encaminhados, para resposta às informações pedidas pelo senador, aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Minas e Energia.

Lançado livro com dados biográficos dos senadores

Dados biográficos dos senadores da 54ª legislatura foi lançado ontem no Café dos Senadores. No evento, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que a obra contextualiza e atualiza os dados dos senadores.

Doris apontou que o livro também detalha e explica o posicionamento de cada cadeira de senador no Plenário e entregou um exemplar à vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP).

– É uma obra muito importante para cada um de nós – afirmou Marta. Os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Reditario Cassol (PP-RO), Paulo Paim (PT-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Clésio Andrade (PR-MG) acompanharam o lançamento.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão extra para reforma política

12h Discussão, em primeiro turno, das propostas de emenda à Constituição (PECs 37, 38, 42 e 63/11) que tratam da suplência de senadores, mandatos de chefes dos Executivos, realização de referendo sobre mudanças no sistema eleitoral e pagamento de precatórios. Às 14h, a sessão é deliberativa.

Presidência Audiência com ministro de Cuba

10h José Sarney recebe o deputado distrital Chico Vigilante; às 10h30, dirige a reunião da Mesa e, às 12h, a sessão extraordinária. Em seguida, recebe o ministro cubano Bruno Rodríguez; às 15h, vai ao Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

Código Florestal Parlamento Amazônico

8h30 As comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, e as subcomissões permanentes da Amazônia e da Faixa de Fronteira debatem o Código Florestal com representantes do Parlamento Amazônico.

CE Acompanhamento da Copa do Mundo

9h A Comissão de Educação realiza as 3ª e 4ª audiências públicas do Seminário da Primeira Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014.

CI Exploração mineral

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa projeto que altera a base de cálculo de compensação financeira pela exploração de minérios.

CCT Suspensão de programas religiosos

9h A diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Tereza Cruvinel, participa de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre resolução do conselho curador da EBC que determina a suspensão de programas religiosos nos veículos públicos que a integram.

CAS Saneamento e responsabilidade

9h Responsabilidade sanitária será o tema de audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

CDH Direitos de mulher e de gêneros

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para discutir assuntos inerentes à defesa dos direitos do grupo LGBTTs. Entre os convidados, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes.

CCJ Regulamentação do ato médico

10h A Comissão de Constituição debate o texto da Câmara relativo à regulamentação do ato médico. Foram convidados o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Ávila, e representantes de entidades profissionais.

CRE Assuntos de defesa nacional

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência pública com o ministro da Defesa, Celso Amorim, sobre assuntos relativos à pasta, entre os quais redução das tropas brasileiras no Haiti. Também examina mensagens indicando embaixadores para o Haiti e os Emirados Árabes Unidos.

Mesa Convite a ministro

10h30 Reunião da Mesa do Senado para análise de vários requerimentos. Entre eles, solicitação de audiência pública com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para dar informações sobre ampliação da banda larga, principalmente na região amazônica.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pela proposta, que vai para sanção presidencial, famílias pobres que adotarem ações de preservação do ambiente ganharão R\$ 300 a cada três meses

Senado aprova versão ambiental do Bolsa Família

EM DECISÃO UNÂNIME, o Plenário do Senado aprovou ontem a criação do Bolsa Verde. Trata-se do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, do governo federal, que dá um benefício em dinheiro a cada três meses às famílias em situação de extrema pobreza que adotarem ações de preservação do meio ambiente.

A proposta aprovada está prevista no Projeto de Lei de Conversão 24/11, decorrente da Medida Provisória 535/11, e agora vai para a sanção da presidente da República.

O Bolsa Verde beneficiará as famílias inscritas no programa Bolsa Família, do governo federal, que realizarem ações de conservação dos recursos naturais – florestas e reservas extrativistas, por exemplo.

O programa oferecerá às famílias carentes repasses trimestrais de R\$ 300, pelo prazo de dois anos, prorrogáveis.

O dinheiro será liberado por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Essa medida provisória cria

também o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que fornece ajuda de custo e assistência técnica aos pequenos produtores rurais.

As medidas fazem parte do Plano Brasil sem Miséria, lançado pelo governo federal em junho.

Relatora no Senado, Marta Suplicy (PT-SP) defendeu a aprovação do projeto justificando que ele ataca diretamente o problema da pobreza extrema, que aflige milhões.

– Nós ficamos muito impactados com a grandeza, a articulação desse projeto. E percebemos

a importância que teria para o resgate de 16 milhões de brasileiros, que são os mais pobres dos mais pobres – afirmou.

Marta exaltou os recentes avanços sociais registrados no país, que “surpreendeu o mundo tirando da pobreza 28 milhões de pessoas”, mas lembrou

que ainda há muito o que fazer.

– Apesar dessa mobilidade social sem precedentes, temos ainda um núcleo duro da pobreza. São brasileiros cuja renda familiar não chega a R\$ 70 mensais por pessoa. Daí a importância dessa medida provisória – concluiu.



Os senadores Romero Jucá e Demóstenes Torres discutem, no Plenário, as regras do Programa de Aquisição de Alimentos



Marta Suplicy diz que programa diminui desigualdades sociais

Ajuda de custo a pequeno produtor será de R\$ 2.400

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais instituído pela Medida Provisória 535/11 oferece a pequenos produtores ajuda de custo no valor de até R\$ 2,4 mil para estimular a agricultura sustentável, promover a segurança alimentar e incentivar a organização dos produtores, assegurando-lhes participação em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional. Podem receber o benefício agricultores familiares, empreendedores rurais, silvicultores, aquículto-

res, extrativistas e pescadores. O pagamento será feito em, no mínimo, três parcelas, por até dois anos. Além da ajuda em dinheiro, os trabalhadores receberão também assistência técnica da União, por meio de projeto de estruturação da unidade produtiva familiar.

Os recursos pagos por meio dos dois programas previstos na MP não comporão a renda familiar mensal, para efeito de elegibilidade nos programas de transferência de renda do governo federal.

Mesmo votando pela aprovação, senadores do DEM e do PSDB reclamaram que, mais uma vez, a proposta do governo não incluía estimativas das despesas de implementação dos programas.

– Estamos proibidos de saber quanto custa a medida que vamos votar. Estamos diante de uma afronta absolutamente incontestável à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias – reclamou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ressaltando ainda a possibili-

dade de futuros aumentos dos valores do benefício.

A relatora da proposta refutou as críticas da oposição. Segundo Marta Suplicy, os recursos foram garantidos por projetos aprovados pelo Congresso na terça-feira.

– Além disso, já está previsto o recurso no Plano Plurianual para os próximos quatro anos – argumentou.

O PLV 24/11 tratou também de regras para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mudanças no Bolsa Família.

Plenário acata regras para programa de compra de alimentos

A definição de regras para o Programa de Aquisição de Alimentos também foi tratada no PLV 24/11. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/03, o programa prevê a compra sem licitação de alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

Os possíveis fornecedores do programa são agricultores familiares e demais produtores que se enquadrem na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empre-

endimentos Familiares Rurais.

O tema foi alvo de críticas da oposição, que apontou problemas no texto do projeto aprovado. Um deles foi dispositivo pelo qual é aceito como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos licitados somente um atestado da entidade recebedora dos alimentos, referendada pela entidade compradora. “Uma porta aberta para a corrupção”, avaliou José Agripino (DEM-RN).

Para corrigir o problema, Demóstenes Torres (DEM-GO) iria apresentar emenda com regras mais rígidas de fiscalização e controle da compra. Para que o texto não voltasse à Câmara, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a incluir a emenda de Demóstenes na MP 540/11, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Outra mudança prevista no projeto diz respeito às punições a fraudes no Bolsa Família. Agora, somente as fraudes comprovadamente dolosas (com intenção) serão punidas. A matéria também aumenta de três para cinco o número de benefícios variáveis do programa, que poderão ser pagos a famílias carentes que contem com gestantes, nutrízes, crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes até 15 anos.

Código Florestal será debatido quarta-feira

As mudanças no Código Florestal voltarão a ser discutidas dia 5 em audiência pública, conforme decidiu ontem a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde projeto de lei complementar (PLC 30/11) está tramitando.

A audiência, requerida por Eduardo Braga (PMDB-AM) e Walter Pinheiro (PT-BA), enfocará o acesso a tecnologias para que pequenos agricultores possam aumentar a produtividade. Também será debatida a concessão de incentivos econômicos, fiscais e tributários para preservação de áreas de proteção ambiental. Participarão especialistas em Direito, em agricultura e um pesquisador da Embrapa.

Walter Pinheiro alegou que o Código Florestal precisa ser discutido também sob o ponto de vista científico, como modelo de sustentabilidade.

Oposição critica demora da Câmara para analisar a PEC das MPs

Senadores da oposição cobraram ontem a aprovação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. Segundo eles, o projeto, aprovado pelo Senado em agosto, nem sequer tem relator designado na Câmara.

A oposição pediu ao presidente da Casa, José Sarney, autor da proposta, providências quanto ao que consideram um desrespeito da Câmara. Também propuseram um boicote

coletivo às medidas provisórias, como forma de pressionar os deputados – e o governo – a aprovar a PEC 11/11.

– Essa foi uma proposta que mobilizou todo o Senado, e qual é o tratamento que recebeu na Câmara? Desprezo, puro e simples. Chegou o momento de Sarney estabelecer um prazo para as medidas provisórias chegarem aqui ou serem devolvidas – apelou Demóstenes Torres (DEM-GO).

A líder do PSOL, Marinor Brito (PA), também cobrou mais

firmeza de Sarney, propondo obstrução permanente até que a questão seja resolvida.

A queixa foi repetida pelo líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), para quem não se justifica a lentidão na Câmara.

– Fica a impressão de que há interessados do outro lado da rua, no Palácio do Planalto, impedindo que essa mudança ocorra. O que há é uma submissão do Parlamento que não se admite mais – protestou.

A principal reclamação da oposição é de que, sem tempo

para apresentar emendas, o Senado serviria apenas para validar decisões tomadas pelo Executivo e pela Câmara.

Na avaliação do senador Aloysio Nunes Ferreria (PSDB-SP), o cenário em que os senadores não dão ideias é o “ideal dos mundos” para o governo.

Aécio Neves (PSDB-MG), que foi relator da PEC 11/11, reforçou as críticas e o pedido por medidas mais enérgicas.

– A aprovação desse novo rito é uma necessidade do Parlamento – destacou Aécio.

Marinha enviará navio à força-tarefa da ONU no Líbano

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto (PDL 234/11) que autoriza o envio de um navio da Marinha para se juntar à Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Pelo decreto, a embarcação terá até 300 militares. Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) deu parecer favorável à matéria.

Em audiência no Senado, produtores de energia reclamam do governo por não prever construção de usinas termelétricas nos próximos anos, apesar da demanda crescente por eletricidade; ministério diz que energia gerada pelo calor é importante

“País deve expandir oferta de energia a taxa de 5% ao ano”

O Brasil terá de enfrentar o desafio de expandir a oferta de energia a uma taxa ao redor de 5% ao ano, disse o representante do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho. Em audiência das comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) que debateu o Plano Decenal de Energia 2011–2020, ele disse que esse esforço significa dobrar em 12 anos o sistema energético, ampliando em 70% a atual capacidade instalada de 112 mil megawatts. Ventura salientou que o país tem matriz energética diversificada e utiliza mais de 86% de fontes renováveis, enquanto no resto do mundo esse índice é de 18%.

Como observado pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, apesar do esperado crescimento da produção de petróleo em razão das reservas do pré-sal, a participação do produto na matriz de consumo será reduzida dos atuais 37,8% para 30,4% em 2020. Assim, “o Brasil se transformará em grande exportador de petróleo”, disse.

Delcídio do Amaral (PT-MS), proponente da audiência, disse que, por exigências ambientais, as novas usinas hidrelétricas já não podem formar grandes reservatórios de água e o país não pode descartar a energia termelétrica nem desconsiderar o uso futuro da energia nuclear.

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o planejamento deve levar em conta o potencial de crescimento de regiões que não recebem a devida atenção, como já aconteceu com o semiárido baiano. Lobão Filho (PMDB-MA) defendeu que os leilões para contratação de energia sejam dirigidos a segmento de produção.



O senador Delcídio do Amaral (4º à dir.) conversa com representantes do setor de energia na audiência em que se debateu o uso de termelétricidade no Brasil

Empresários de energia dizem que governo ignora usinas termelétricas

OS PRODUTORES PRIVADOS de energia estão insatisfeitos com o governo por não haver previsão para a construção de novas termelétricas no país.

Em debate ontem sobre o Plano Decenal de Energia 2011–2020, representantes do setor apresentaram queixas às autoridades. Eles argumentaram que a energia termelétrica (gerada a partir do calor) é indispensável

para a segurança e a confiabilidade do sistema energético nacional.

– O país precisa de todas as formas de energia disponíveis, respeitadas as suas especificidades, para atender ao crescimento da carga – argumentou o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Luiz Fernando Vianna.

A audiência foi realizada em conjunto pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), a partir de requerimento de Delcídio do Amaral (PT-MS).

Autoridades do setor de energia se esforçaram para aplacar as inquietações dos produtores com argumentos de que o Brasil não pode abrir mão das usinas termelétricas.

Como ponderou Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia, um sistema sem a contribuição de termelétricas estaria condenado a falhar em algum momento.

– Em um ano, o vento não vai soprar, a chuva vai faltar e a safra de biocana pode não acontecer – considerou.

Legislação ambiental limita adoção de novas unidades

Os representantes do governo na audiência da CAE e da CI lembraram que o Plano Decenal de Energia segue as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), vigente desde 2009. Isso significa observar restrições às emissões de dióxido de carbono, problema associado às usinas termelétricas a carvão e petróleo.

Mesmo sem proibir a construção de novas usinas, o plano de energia estabelece como vetor da expansão

do setor a produção a partir de biomassa e outras fontes renováveis.

– No contexto atual, estamos seguindo a sinalização existente – observou o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho.

Ele registrou que o Brasil chegou a 2011 com uma oferta de 181 mil megawatts. Desse total, 55 mil megawatts são produzidos por usinas termelétricas

(petróleo, gás, carvão e energia nuclear). Para Ventura, essa é uma participação importante e corresponde ao espaço de geração termelétrica assegurado no plano. O secretário informou que estão sendo construídas quatro termelétricas, todas abastecidas com carvão mineral: uma no Rio Grande do Sul e três no Nordeste. Elas foram aprovadas antes da vigência da PNMC.

Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou mais espaço para a produção de energia a partir de

carvão mineral, o que permitiria aproveitamento de reservas em seu estado e em Santa Catarina.

Para Mauricio Tolmasquim, presidente da EPE, a medida seria importante do ponto de vista regional, mas inconveniente numa visão geral. Além de o país já contar com excedente de energia até 2014, ele apontou as restrições da legislação ambiental.

– Foi uma decisão do Congresso Nacional, não vindo ao caso se má, boa ou equivocada.

Senadores apoiam proibição de oferta por telefone ou internet sem autorização

A votação do projeto de lei (PLS 439/11) que proíbe oferta de produto ou serviço por telefone ou internet sem prévia autorização do consumidor ficou para a próxima reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto altera o Código de Defesa do Consumidor e prevê, entre outros pontos, que o produto ou serviço oferecido deve ter informações precisas na página eletrônica da empresa, incluindo os nomes do fabricante e do fornecedor, os respectivos números de inscrição no CPF ou CNPJ e ainda os endereços geográficos e eletrônicos.

Segundo o autor do projeto, Humberto Costa (PT-PE), essas informações

são necessárias “na hipótese de o consumidor ser obrigado a recorrer na defesa de direitos violados”.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), ressaltou que é importante regulamentar o comércio eletrônico. Segundo Walter Pinheiro (PT-BA), que presidiu a sessão, a cada 15 segundos é feita uma venda pela internet no Brasil, e 68% do comércio eletrônico com consumidores latino-americanos estão em lojas virtuais dos Estados Unidos. Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto é de extraordinária importância.

Na reunião, a CCT também aprovou 29 projetos de decreto legislativo de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária.



Ângela Portela, relatora do projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia

Comissão rejeita saque do FGTS para pagar prestação atrasada da casa própria

O projeto de lei que autoriza o resgate do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar prestações atrasadas da casa própria foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A decisão tem caráter terminativo.

A votação do PLS 158/11, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi apertada: 6 votos contra e 5 a favor. Foi aprovado o voto em separado de Wellington Dias (PT-PI), contrário.

Wellington argumentou que a lei já permite, em caso de demissão, o uso do FGTS para pagamento de prestações da casa ou para quitar o financiamento. Ele disse ter preocupação de que a proposta estimule a inadimplência do mutuário para que possa sacar o FGTS.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), explicou que, com objetivo de evitar a inadimplência, havia apresentado emenda ao projeto restringindo a duas as movimentações da conta do FGTS.

Cyro ressaltou que a atual legislação só admite o saque pelo trabalhador demitido. A proposta rejeitada permite ao trabalhador em dificuldade financeira sacar o fundo para pagar o financiamento, mesmo empregado.

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a proposta de Eunício. Ele lembrou que o Congresso já aprovou projeto para permitir o uso do FGTS para investimento em ações da Petrobras e da Vale.

– Se tiro para aplicar no mercado, por que não tiro para salvar minha casa?



O senador Cyro Miranda (E) conversa com o colega Eduardo Suplicy em sessão que debateu FGTS

Infraero defende construção de terminais simplificados

Na segunda audiência pública promovida ontem pela CE sobre os preparativos para a Copa de 2014, o diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Jaime Parreira, defendeu a solução adotada pela companhia de construir terminais simplificados, os chamados módulos, para atender à demanda do evento.

– Por que optamos pelos módulos? Porque eram necessários e são instalações simplificadas, usadas no mundo inteiro. Os módulos são dotados de todo o conforto. Muitos irão continuar após a Copa e outros terão que ser desmontados e remontados em outros aeroportos, para dar conta da situação específica de demanda em cada aeroporto – disse Parreira durante a audiência, presidida por Lídice da Mata (PSB-BA).

O maior investimento em aeroportos visando à Copa

será em Guarulhos (SP), informou o diretor. Atualmente, o aeroporto recebe 27 milhões de passageiros por ano. Em 2014, segundo a Infraero, terá capacidade instalada para 52,7 milhões de passageiros e demanda prevista de 39 milhões. O corpo central do novo terminal de Guarulhos deverá estar concluído em 2014.

Representando a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcos de Souza Oliveira lembrou que o país receberá, além da Copa e das Olimpíadas, a Conferência Rio+20, a Copa das Confederações e a Copa América.

Em cada um, observou, haverá grande demanda por uso temporário de radiofrequência, o que deverá ser atendido pelo Plano Nacional de Banda Larga. Até 2013, informou, as primeiras redes de quarta geração de telefonia celular estarão em operação nas principais cidades-sede da Copa.



Lídice preside audiência com representantes da Anatel, Infraero e Sinaenco

Preparação determinará se cidade será “vitrine ou vidraça”

A Copa de 2014 poderá ser a “motivação para fazer aquilo que nossas cidades precisam”, afirmou Maurício de Lana, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco).

Mas ele alertou que uma cidade pode se tornar “vitrine ou vidraça” diante do mundo, dependendo de sua preparação para receber o evento. Maurício de Lana criticou o Regime Diferenciado de Construção (RDC) a ser usado para

agilizar as obras, e disse que a adoção de feriados no país em dias de jogos estimulará viagens internas e poderá ajudar a tornar os aeroportos ainda mais congestionados.

Alexandre Sampaio, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), alertou para a necessidade de flexibilização da concessão de vistos a estrangeiros que pretendem visitar o país durante a Copa, com possibilidade de emissão pela internet.

Randolfe Rodrigues critica Lei Geral da Copa e marca debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fará audiência pública para discutir o projeto da Lei Geral da Copa de 2014, que tramita na Câmara dos Deputados antes de ser votado no Senado. Serão convidados para o debate, cuja data ainda será definida, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, e o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, entre outros.

Para o autor do requerimento, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o projeto representa graves interferências no ordenamento legal do Brasil.

– Essa lei é o maior acinte à soberania brasileira. Ela revoga

pelo menos 14 dispositivos do Estatuto do Torcedor e inclui uma absurda cláusula responsabilizando penalmente o brasileiro que pintar muro com os dizeres “mundial 2014” e “Copa do Mundo do Brasil” – afirmou.

O requerimento recebeu apoio de Aécio Neves (PSDB-MG), Pedro Taques (PDT-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Aloysio Nunes (PSDB-SP). José Pimentel (PT-CE) apoia o debate, mas lembrou que foi criada no Senado uma subcomissão para tratar do tema, ligada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Os megaeventos esportivos geralmente representam descontrolado de custos, mas quase sempre deixam legados positivos, apontaram especialistas em audiência pública na CE

Custos e legado da Copa exigem acompanhamento

A REALIZAÇÃO DE megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos pode trazer grandes benefícios ao Brasil, disseram ontem os participantes da primeira audiência pública de avaliação da preparação do país para o ciclo de eventos esportivos que terá início em 2014. Mas será necessário, reforçaram, acompanhar de perto os gastos governamentais e o legado que ficará para a população.

Em sua exposição inicial na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o diretor do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho, Lamartine Pereira DaCosta, considerou o descontrolado orçamentário uma “característica dos megaeventos”. Mesmo na Inglaterra, que se prepara para os Jogos Olímpicos de 2012, já ocorreram, disse ele, quatro adaptações nos orçamentos, apesar de um controle diário dos gastos.

Para ilustrar os riscos de excesso de gastos nos períodos que antecedem os megaeventos, DaCosta citou o caso da Grécia, que hospedou os Jogos Olímpicos de 2004 e agora enfrenta grave crise financeira. Mesmo assim, ele ressaltou a importância da Copa e das Olimpíadas para o Brasil, apontando que muitos países disputam esses eventos e que os chineses não hesitaram em promover grandes investimentos destinados à realização dos Jogos de Pequim, em 2008.

– Um país não pode hesitar na promoção de grandes eventos, que precisam ser controlados e gerenciados. Temos que pensar grande – afirmou, em resposta ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para quem investimentos em educação e saúde deveriam ter tanta atenção como os destinados aos dois eventos esportivos. O professor defendeu ainda o “legado reverso” dos dois megaeventos, a exemplo da transformação de parte do Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), no Rio de Janeiro, em *campus* de universidade, destinado a atender 5 mil estudantes.



Holger Preuss (E), senador Paulo Bauer e Lamartine da Costa: gastos preocupam

Autoestima é um dos principais benefícios ao país

O professor alemão de Economia do Esporte Holger Preuss, da Universidade Johannes Gutenberg, admitiu que altos custos de construção de estádios fazem parte de possíveis legados negativos dos megaeventos. Mas ressaltou como legados positivos o aumento de turismo, a renovação urbana nas cidades onde ocorrem os eventos e, principalmente, o aumento da autoestima da população, além do que chamou de “experiência de bem-estar”.

– Os turistas que foram à Alemanha para a Copa do Mundo de 2006 aprenderam que os alemães também sabem celebrar e podem ser divertidos. A Copa da África do Sul ajudou a melhorar a imagem de todo o continente africano e a combater o pessimismo. E a China disse ao mundo, em 2008, que ela está de volta e não é um país de segunda classe – exemplificou.

Senadores fazem avaliação preliminar

Os debates são importantes para o Senado exercer sua função fiscalizadora, avaliou o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR). O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), pediu “mais ousadia” na atração de turistas, enquanto o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL), apontou a necessidade de o país ter benefícios de longo prazo.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que a Fifa lançou dúvidas sobre a capacidade de o país cumprir o calendário de obras, ao passo que Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) considerou um acinte o projeto de regulamentação da Copa. Já Lídice da Mata (PSB-BA) disse que o impacto dos eventos será diferenciado no país, enquanto Zeze Perrela (PDT-MG) afirmou que, a curto prazo, a Copa só será bom negócio para a Fifa.



Ana Amélia e os presidentes da CMA, Rodrigo Rollemberg, da CE, Roberto Requião, e da CDR, Benedito de Lira: balanço inicial

Proposta em tramitação no Senado define atividades que podem ser realizadas exclusivamente pelos médicos; diversas categorias de profissionais da saúde, como a dos enfermeiros, têm feito mobilizações contra a aprovação do projeto



Manifestantes protestam contra o PL do Ato Médico: enfermeiros e outros profissionais de saúde são contrários à proposta, que define atribuições exclusivas dos médicos

Profissionais de saúde participam de discussão sobre projeto do ato médico

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisará hoje o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/02, conhecido como PL do Ato Médico.

A proposta define quais são as atividades que podem ser realizadas exclusivamente por médicos – e por nenhum outro profissional da saúde.

Polêmico, o projeto tem sido contestado por várias categorias profissionais, como a dos enfermeiros, que argumentam que restringiria aos médicos trabalhos hoje feitos por cerca de 3 milhões de outros profissionais.

Audiência

Foram convidados para a audiência Roberto Luiz d'Ávila, do

Conselho Federal de Medicina; Roberto Mattar Cepeda, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Manoel Carlos Neri da Silva, do Conselho Federal de Enfermagem; Jaldo de Souza Santos, do Conselho Federal de Farmácia; Rosane Maria Nascimento da Silva, do Conselho Federal de Nutricionistas; e José Lião de Almeida, da Confederação Nacio-

nal dos Trabalhadores na Saúde.

Também foram chamados Ivan Rogério Freitas Sciessere, presidente do Sindicato Nacional dos Optometristas; Humberto Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia; José Luiz Gomes do Amaral, da Associação Médica Brasileira; e Cid Célio Jayme Carvalhaes, da Federação Nacional dos Médicos.

Humberto Costa: "Não podemos nos negar a debater sobre saúde"

O líder do PT, Humberto Costa (PE), defendeu a destinação de mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) em apoio à luta dos movimentos sociais e dos profissionais de saúde que "conhecem as necessidades do país". O senador disse que a regulamentação da Emenda Constitucional 29 é fundamental para garantir que todos os estados e municípios passem a cumprir a definição de gastos mínimos, mas que também é necessário encontrar novas fontes de recursos para a saúde.

– É importante sensibilizar todos os senadores para essa situação, ao invés de, simplesmente, ficarmos nos negando a debater esse tema e demonizando a ideia de termos mais recursos para a área da saúde. A busca de novas fontes de recursos não elimina o aprimoramento dos mecanismos de controle e da eficiência na gestão da saúde – afirmou.

Para Humberto Costa, também é preciso melhorar os mecanismos de controle e eficiência dos gastos de saúde. O senador elogiou



Humberto Costa pede sensibilidade para busca de fontes de recursos para o SUS

o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, por seu "esforço para aumentar a eficiência do SUS" com medidas como o descredenciamento de agentes de saúde que não cumpriram as regras do Programa Saúde da Família, auditoria em mamógrafos de 823 municípios e maior controle sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

O senador também defendeu o PLS 174/11, de sua autoria, que institui a Lei de Responsabilidade Sanitária no âmbito do SUS.

Davim: governo precisa indicar novos recursos para a saúde

Paulo Davim (PV-RN), que integra a Frente Parlamentar da Saúde, sugeriu ontem que o governo assumira a dianteira e proponha alternativas ao Congresso Nacional para o financiamento da saúde, numa referência à regulamentação da Emenda 29. O senador informou que a frente esteve terça-feira no Palácio do Planalto e no Senado pedindo celeridade na votação da emenda.

– O primeiro passo é discutir o grave problema do subfinanciamento da saúde – disse.

O parlamentar acrescentou que é preciso decidir se o Senado vai aprovar o texto com as modificações feitas pela Câmara ou o texto original, com emenda do então senador Tião Viana que destina para a saúde 10% do Orçamento da União, 12% dos estados e 15% dos municípios. Ele recordou que a presidente Dilma Rousseff admitiu em programa de TV o subfinanciamento do setor.

Davim sugeriu alternativas, como contribuições sobre a comercialização de cigarro e de



Senador diz que a presidente Dilma admitiu o subfinanciamento do setor

bebidas alcoólicas, sobre a venda de motocicletas, percentual das multas de acidentes de trânsito ou ainda parte dos royalties do pré-sal. Ele manifestou-se contrário à criação de novo imposto e insistiu na responsabilidade governamental por uma solução.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que municípios do Rio Grande do Sul têm utilizado de 28% a 35% de suas receitas líquidas para financiar a saúde. Ela concordou que não cabe penalizar a sociedade com mais um imposto.

Debate aborda novas relações familiares

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje em audiência pública os direitos dos homossexuais. A experiência da Argentina que, em julho de 2010, tornou-se o primeiro país da América Latina a reconhecer em nível nacional o casamento gay, será relatada pela juíza Gabriela Seijas e pela deputada Cecilia Merchán, ambas argentinas.

Também participam da audiência, requerida pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e Nadine Borges, assessora especial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O encontro, que será realizado no Senado, vai abrigar ainda o seminário Famílias pela Igualdade, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) explica que o objetivo é debater o Direito de Família e os desafios impostos pelas novas configurações familiares.

Também será lançada uma campanha com o objetivo de sensibilizar a sociedade com a exposição – no Espaço do Servidor, no Anexo 2 da Câmara – de fotografias acompanhadas de depoimentos de pais e mães de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

Também hoje ocorre a pré-estreia do filme *Elvis & Madonna*, do diretor Marcelo Laffitte, que aborda as vidas de um travesti e de uma lésbica. A exibição será às 19h no auditório 1 do Museu da República.

(Com informações da Agência Câmara)

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Marinor Brito • Paulo Paim • Wilson Santiago • Cícero Lucena • Walter Pinheiro • Eduardo Suplicy

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Armando Monteiro destaca avanços nos seis anos do regime

Armando diz que Simples merece ser aprofundado

Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto (PLC 77/11) que estabelece mudanças no Regime Simplificado de Tributação (Simples). Ele citou "resultados notáveis" em seis anos do Simples e pediu aprofundamento das reformas:

– O Simples é uma reforma tributária que se operou no ambiente das micro e pequenas empresas – disse, ressaltando que 2,7 milhões de micro e pequenas empresas foram formalizadas em seis anos, com a geração de 7 milhões de empregos.

Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concordaram com a abertura do Simples a novas categorias, e Luiz Henrique (PMDB-SC) criticou a elevada carga tributária.



Segundo a senadora, método ajuda o desenvolvimento do setor

Lídice ressalta conta satélite do turismo

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu ontem a adoção pelo país da conta satélite do turismo (CST), instrumento desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Turismo (OMT) para medir o impacto efetivo dessa atividade nas economias mundiais.

O assunto foi debatido na última terça-feira em audiência pública no Senado, como parte das comemorações da 5ª Semana Nacional do Turismo, realizada no Congresso Nacional.

Lídice destacou a luta que os secretários de Turismo vêm travando para que se constitua no Brasil a conta satélite, que poderia detalhar os dados estatísticos existentes e incrementar os setores ligados à atividade, como a hotelaria e serviços.

O presidente do Senado informou que, se houver acordo, será votado projeto de Wellington Dias depois de liberada a pauta do Plenário; caso contrário, será mantida a sessão para análise do veto presidencial à chamada Emenda Ibsen

Decisão sobre royalties do petróleo sai na próxima semana, afirma Sarney

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse ontem que a decisão sobre a distribuição dos royalties do petróleo sairá na próxima semana. De acordo com ele, se houver acordo depois de liberada a pauta do Plenário da Casa, será votado o PLS 448/11, do senador Wellington Dias (PT-PI), que traz uma das fórmulas em discussão para resolver o impasse. Do contrário, afirmou Sarney, será mantida a sessão do Congresso para examinar o veto à chamada Emenda Ibsen, marcada para quarta-feira.

– Vamos votar, porque foi pedida urgência e a Mesa tem que cumprir a decisão do Plenário [de analisar o PLS 448/11]. O projeto será votado assim que nossa pauta for desobstruída.

O pedido de urgência para análise do PLS 448/11 foi aprovado pelo Plenário do Senado em sessão da última terça-feira.

– Acho que a matéria é muito controversa para termos um acordo para votarmos por unanimidade. Vamos ter, naturalmente, as posições de diversas bancadas e estados que têm pontos de vista diferentes – avaliou Sarney.

A pauta do Plenário está travada por medidas provisórias que tratam dos programas de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PLV 24/11); da bolsa paga aos médicos residentes (PLV 25/11); da abertura de crédito extraordinário de R\$ 500 milhões para os ministérios da Defesa e da Integração Nacional (MP 537/11); e da prorrogação de contratos temporários no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cenispam) e na Empresa Brasil de Comunicação (MP 538/11).



Para Sarney, dificilmente matéria alcançará acordo para votação por unanimidade

Aécio Neves quer que União ceda parte do que arrecada

Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu ontem mudanças na discussão sobre a distribuição dos recursos provenientes da exploração do petróleo. Para o senador, em vez de retirar recursos de estados produtores, o certo seria que a União abrisse mão de boa parte do que arrecada, já que concentra 60% do total da receita tributária brasileira.

– Só há um caminho: os estados brasileiros, a Federação brasileira se unirem e a contribuição para que nós tenhamos realmente um estado isonômico ser a contribuição efetiva do governo federal. É ele que tem as condições de dar uma contribuição maior – disse.

A discussão sobre a distribuição dos recursos do petróleo se intensificou nesta semana, com a tramitação em regime de urgência do PLS 448/11, do



Senador lembra que União concentra 60% da receita tributária do país

senador Wellington Dias (PT-PI).

Caso não haja acordo, deve ser mantida a sessão do Congresso para examinar o veto do ex-presidente Lula à Emenda Ibsen, que distribuía recursos por todos os estados brasileiros segundo os critérios do Fundo de Participação dos Estados. A sessão está marcada para a próxima quarta-feira.

Proposta do governo concentra recursos, avalia Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou em Plenário, ontem, que, se aprovada, a proposta do governo federal para distribuição dos royalties do petróleo concentrará ainda mais os recursos nas mãos da União. Segundo ele, isso acontecerá porque a União será a única beneficiada com a participação especial, cobrada sobre poços de alta produtividade.

– Estou convencido, a partir de debates que estamos fazendo na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado, e a partir da discussão de royalties, que estamos vivendo um período de centralização mais do que excessiva de arrecadação – disse.

Para o senador, o governo está se eximindo de buscar uma solução e deixando as bancadas dos estados "se matarem" na Câmara e no Senado.



Governo está deixando bancadas "se matarem" no Congresso, diz senador

Lindbergh apresentou dados demonstrando que, em 2008, a União ficou com 54% de todas as receitas tributárias, transferindo apenas 27% aos estados e 5% aos municípios. Lembrou ainda que, entre 2007 e 2010, a arrecadação da União cresceu em termos reais 25,9% e as transferências para estados e municípios, apenas 15%.

Descoberta de poço não muda posição de senadores de Sergipe

A confirmação da presença de petróleo e gás em águas profundas na bacia de Sergipe-Alagoas, anunciada pela Petrobras, não muda a posição dos senadores desses estados em relação às negociações da repartição dos royalties. Batizado de Barra, o poço está a 2.311 metros de profundidade, a 58 quilômetros da costa de Sergipe, e deve produzir óleo leve, de melhor qualidade.

Os senadores de Sergipe permanecem favoráveis a distribuição mais igualitária dos recursos da exploração do petróleo entre estados produtores e não produtores. Segundo Eduardo Amorim (PSC-SE), atualmente Sergipe recebe cerca de R\$ 300 milhões. Esse valor, explicou, é metade do que teria direito se o veto à Emenda Ibsen fosse der-



Para Amorim, critérios técnicos devem ser considerados para a distribuição

rubado. A emenda determinava a distribuição dos royalties entre todos os entes da Federação, de acordo com as regras dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM).

– Trata-se de uma questão estratégica para o país, e critérios técnicos devem ser levados em conta – afirmou.



Valadores defende acordo antes do exame do veto à Emenda Ibsen

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu um acordo consensual em que não haja grandes perdas para os estados produtores, a ser feito antes do exame pelo Congresso do veto à Emenda Ibsen, marcado para até 5 de outubro.

– É justo que os estados produtores tenham participação



É cedo para a descoberta influenciar atuais negociações, diz Maria do Carmo

maior, mas essa riqueza pertence a todo o povo brasileiro e deve ser repartida de forma mais igualitária – disse.

Já Maria do Carmo Alves (DEM-SE) admite que a descoberta abre nova perspectiva para seu estado, mas ponderou que ainda é cedo para influenciar nas atuais negociações.

Titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes também se mostrou favorável ao financiamento exclusivamente público para democratizar as campanhas

Ministra Iriny defende cota para mulheres no Congresso

PARA AUMENTAR A representação feminina no Congresso Nacional, a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, defende a obrigatoriedade de um número mínimo de cadeiras para as mulheres, em vez de apenas cotas nas chapas que concorrem ao Parlamento.

Ela também apoia a inclusão da lista alternada entre homens e mulheres nas propostas de reforma política que preveem lista fechada para as eleições proporcionais. A ministra participou ontem de audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

– As mulheres são a maioria da população e do eleitorado no Brasil. Não há democracia real quando a maioria está sub-representada – declarou Iriny Lopes.

Ana Rita (PT-ES) ressaltou o problema da sub-representação feminina e lembrou que há apenas dez mulheres no Senado, que tem um total de 81 membros. Na Câmara, há somente 45 mulheres entre os 513 deputados.

A senadora recordou que a atual proposta de reforma política que tramita no Senado – há uma outra na Câmara – chegou a prever cotas para mulheres no âmbito da lista fechada, mas como a lista foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o mesmo aconteceu com as cotas.

– Vamos levar essa discussão ao Plenário, mas sabemos das dificuldades aqui no Senado com a lista fechada. Acredito que na Câmara poderemos fazer um debate maior – afirmou.

Iriny Lopes defendeu ainda o financiamento exclusivamente público das campanhas, “que,

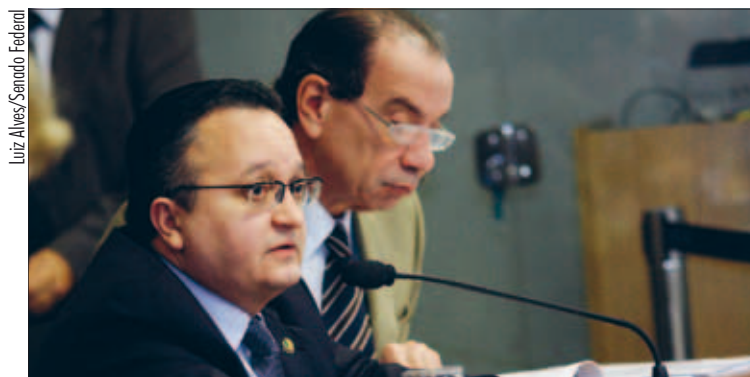
além de instrumento contra a corrupção, seria um poderoso instrumento de democratização do acesso à política.”

– Hoje, já sabemos de antemão, pelo tamanho das campanhas, que são caríssimas, quem vai chegar ao final – disse.

Emendas em Plenário

Posições semelhantes às da ministra foram defendidas pela socióloga Natalia Mori Cruz, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Ela frisou que a entidade é a favor da lista fechada alternada (com a paridade entre homens e mulheres) e o financiamento exclusivamente público.

Como a lista paritária não aparece no relatório sobre a matéria apresentado pelo deputado Henrique Fontana (PT-RS), na Câmara, o Cfemea defende a apresentação de emendas à proposta no Plenário da Casa.



Pedro Taques (E) quer que o Conselho Nacional de Justiça atue de forma plena

Competência para punir juízes será tema de audiência pública

A discussão do Judiciário sobre o poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de punir juízes por má conduta motivou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a planejar audiência pública sobre o tema. A comissão já havia aprovado requerimento de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e ontem acolheu sugestão semelhante de Pedro Taques (PDT-MT).

Taques lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) votaria ontem (a decisão foi adiada) uma ação direta de inconstitucionalidade sobre o assunto e ressaltou que Demóstenes Torres (DEM-GO) apresentou proposta para

explicitar na Constituição a competência do CNJ de investigar e aplicar punições a magistrados. Taques disse considerar essencial que o CNJ tenha condições de atuar de forma plena como órgão de controle do Judiciário.

– Se esvaziarmos as competências do CNJ, vamos transformar esse importante órgão da República em mero órgão de estatística do Poder Judiciário – frisou.

Devem ser convidados para a audiência os presidentes do CNJ, ministro Cezar Peluso, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, além da corregedora do CNJ, Eliana Calmon.

Demóstenes propõe garantia a poderes do CNJ

Na tentativa de garantir os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Demóstenes Torres (DEM-GO) apresentou, na terça-feira à noite, proposta de emenda à Constituição para tornar explícito na Carta que o CNJ tem poder de investigar e aplicar punições, sem a necessidade de depender dos tribunais locais. O parlamentar criticou a intenção do Supremo Tribunal Federal (STF) de limitar a competência do conselho para processar e punir juízes.

– A intenção é evitar que haja corporativismo e impunidade, pois o CNJ poderá agir com total independência, inclusive sem estar atrelado a decisões das corregedorias dos tribunais – explicou.

Na opinião de Demóstenes, se a competência do CNJ for esvaziada, o órgão ficará sem função.

– Não há por que tirar poderes do CNJ. Se os parlamentares devem ser ficha limpa, os magistrados também – disse.



Simon recebeu o apoio do líder do bloco, Humberto Costa, e de Suplicy

Pedro Simon pede urgência na tramitação da PEC

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu urgência para a tramitação da PEC apresentada por Demóstenes Torres (veja ao lado) que torna explícita na Constituição a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investigar e aplicar punições aos juízes, sem depender dos tribunais locais.

– Demóstenes apresentou uma emenda dando ao CNJ esse poder. Se houver interpretação do Supremo de que é inconstitucional, é dever do Congresso torná-la constitucional – declarou. O ponto de vista de Simon foi defendido por Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Senadora Ana Rita (C) preside audiência que contou com a ministra Iriny Lopes (E) e a socióloga Natalia Cruz, do Cfemea

Plenário debate suplência de senador e referendo

Duas propostas em análise sobre a reforma política provocaram manifestações no Plenário, durante a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs 37,38 e 42 e 63, de 2011.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a PEC 37/11 – que reduz de dois para um o número de suplentes de senador, determina nova eleição de senador no pleito seguinte à vacância do cargo e proíbe a indicação de suplente que seja parente do titular –, mas considerou que, somente se o suplente de senador fosse submetido à aprovação do eleitorado, haveria “legitimidade

completa”. Wilson Santiago (PMDB-PB) também comentou essa PEC e defendeu proposta de sua autoria, em tramitação, para alterar esse quadro “de forma mais radical”, respeitando a decisão do eleitorado.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) avaliou a PEC 42/11 – que submete a aprovação prévia por referendo popular qualquer alteração no sistema eleitoral – como “insuficiente”. Ele defendeu PEC semelhante, de sua autoria, mas que abrange qualquer proposta de reforma política.

A terceira PEC discutida, 38/11, também é parte da re-

forma política e altera as datas de posse de presidente da República, governador e prefeito e estabelece a realização conjunta de eleições federais, estaduais e municipais a partir de 2018. Finalmente, a PEC 63/11 reabre, até 31 de dezembro de 2012, o prazo para estados e municípios aderirem a regime especial de pagamento de precatórios.

Essas quatro propostas voltam hoje ao Plenário, para a terceira sessão de discussão. As duas últimas discussões do primeiro turno, que será encerrado com a votação das PECs, estão marcadas para 4 e 5 de outubro.



Ex-servidores que buscam reintegração participam da audiência, realizada ontem

Comissão adia decisão sobre servidores demitidos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a decisão sobre emendas da Câmara ao projeto (PLS 372/08) que reabre prazo para servidores demitidos ou exonerados entre 1990 e 1992 pedirem anistia. Naquele período, foi feita a reforma administrativa do governo do então presidente Fernando Collor.

A reunião foi acompanhada por representantes de servido-

res que esperam pela reabertura do prazo. O adiamento, solicitado por José Pimentel (PT-CE) e outros senadores, foi motivado por pedido do governo de mais tempo para levantar o número de possíveis beneficiados.

Pimentel explicou que a Lei 8.878/94 possibilitou a anistia e, desde então, houve reintegrações em ministérios, fundações, autarquias e empresas públicas. O projeto visa reabrir o prazo

para quem ainda não conseguiu dar entrada no pedido.

Segundo o autor da matéria, Lobão Filho (PMDB-MA), 20 mil servidores esperam pela oportunidade. Ele lembrou que o projeto foi aprovado no Senado e na Câmara, sendo preciso agora apenas a apreciação das modificações propostas pelos deputados. O texto recebeu voto favorável do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).